Democracia e Terrorismo

Publicação: O Mundo em Português Nº59

Data de Publicação: Agosto/Setembro de 2005

Autor: Álvaro de Vasconcelos

Perante o horror dos crimes de Londres, como ontem noutras cidades, há quem afirme que os regimes autoritários são mais eficazes que as democracias na luta contra o terrorismo, que os atentados são um preço a pagar pelas liberdades – para alguns, um preço que vale a pena pagar, para outros demasiado caro. Nada de mais errado. A análise empírica demonstra que as democracias têm melhores argumentos para combater o terror e que quando querem imitar os regimes autoritários só se enfraquecem.

Na indignação pelo crime contra os londrinos, o nosso dever de solidariedade não se deve cingir à denúncia dos crimes, mas exige uma resposta eficaz. Há quem, em nome da eficácia, defenda a adopção de medidas que restrinjam as liberdades públicas, enfraqueçam o Estado de direito e ameacem o cosmopolitismo das grandes cidades europeias. Fazem o raciocínio simplista de que a liberdade de que todos gozamos é utilizada pelos extremistas para cometer os seus crimes. Enganam-se, porém, os que consideram que as sociedades abertas são mais permissivas ao terrorismo e vulneráveis que os regimes autoritários. Basta ver o que se passa na Rússia, o que se passou na Argélia, nos anos 90 ou o recente atentado de Sharm el-Sheikh, no Egipto, uma das estâncias turísticas mais controladas por forças de segurança do mundo.

O que possibilita uma maior eficácia ao Estado democrático é exactamente o facto de as leis não permitirem a resposta arbitrária, desproporcionada, sacralizadora da força bruta, que é apanágio dos regimes autoritários. Os cidadãos, independentemente da sua origem, religião ou ideais políticos, são protegidos pelas mesmas leis. Quando as leis não são respeitadas num dado país, organismos internacionais dos direitos do homem, a que as democracias se submetem, como o Conselho da Europa, intervêm. Ao mesmo tempo, a imprensa livre denuncia os atropelos à lei (vejam-se os relatos nos jornais da indignação de muitos perante a morte de um cidadão brasileiro pela policia britânica). Tudo antídotos contra as tentações securitárias que atravessam as sociedades livres, neste momentos de indignação.

A democracia e o Estado de direito não garantem a segurança absoluta – ela pura e simplesmente não existe. Mas o respeito das liberdades e da justiça na repressão do terrorismo é um poderoso instrumento para isolar os extremistas, diminuir a legitimidade dos seus métodos aos olhos dos que se podem identificar com as causa que dizem defender. É por que a Grã-Bretanha é uma democracia, respeitadora da lei, que pode garantir a mobilização de vastos sectores das comunidades muçulmanas e das suas associações que, de forma generalizada, condenaram os actos de terror e se solidarizaram com as vítimas. Os que organizaram o assassínio em massa de Londres consideram que os que são diferentes, apenas e exclusivamente por esse simples facto, não têm direito à vida. A resposta dos democratas só pode ser a defesa do direito à diferença, a eleição do valor da diversidade como uma componente fundamental da nossa vida em comum.

Nos regimes autoritários, a repressão sobre os civis, a não diferenciação entre os que estão dispostos a matar e os que lhes são semelhantes na religião ou nas referências políticas, só alimenta a capacidade de recrutamento dos extremistas, ao mesmo tempo que deslegitima o poder, o governo, aos olhos de importantes sectores da população. A amálgama entre as diferentes correntes do islamismo político, a confusão entre os que recusam a violência e os que recorrem ao terror contra os civis, só facilita a acção destes últimos, que podem assim aparecer como forças legitimas de oposição e campeões de causas que pouco cultivam. O exemplo russo é a prova acabada da incapacidade de encontrar na violência autoritária e no desrespeito do Estado de direito a resposta ao terror. Putin levou a cabo na Tchechénia uma política de terra queimada, reprimiu sem mercê todos os que lutam pela independência e lançou nos braços dos extremistas muitos nacionalistas... Os atentados não diminuíram, de Moscovo a Beslan - só nesta última localidade, em Setembro de 2004, o ataque a uma escola causou mais de 330 vitimas mortais. O que nos permitiria dizer que o autoritarismo de Putin tem sido mais eficaz que o liberalismo das democracias europeias?

O Iraque é outro exemplo dos limites da violência ilegítima na luta contra o terror. A própria administração americana começa a perceber isto. Seria um erro pensar que para o espalhar do terror no Iraque, e particularmente em Bagdad, não contribui poderosamente a morte de milhares de civis, as prisões arbitrárias e a tortura. As vítimas da tortura, é dos livros, são uma poderosa base de recrutamento de extremistas violentos em numerosos países. Quando, no seguimento dos atentados de Londres, se volta a debater a necessidade de medidas de excepção, é bom relembrar que foi exactamente por no pós-11 de Setembro, na cólera do momento, se ter considerado

que para impedir outro ataque tudo devia ser permitido, incluindo a tortura, que foi possível Guantánamo e Abu Ghraib, com as consequências que se conhecem...

As democracias não só são mais eficazes politicamente, como o são também no domínio da acção dos serviços secretos. Nos Estados autoritários, os serviços de informações têm tendência para se transformarem em autênticos centros de poder autónomo, ou dependentes apenas do poder central, sem controlo democrático e responsabilização pública dos seus actos, o que, com o tempo, faz com que sejam incapazes de analisar os seus erros, seja por medo da repressão, seja por um reflexo de auto-satisfação. É verdade que também nas democracias os serviços de informação tendem a ser bastante opacos, mas existem, regra geral, mecanismos de controle democrático que velam não só para que não abusem dos seus poderes, como procuram garantir a sua eficácia, pedindo contas aos seus dirigentes quando fracassam. Isto é particularmente assim nos Estados Unidos, onde um poderoso comité bipartidário, no Senado , exerce uma fiscalização directa e real dos serviços secretos. O seu relatório sobre a incapacidade dos serviços de informações, nomeadamente da CIA e do FBI, em prevenirem o 11 de Setembro, apesar dos numerosos indícios, incluindo os que indicavam a intenção da al-Qaida de usar aviões civis, foram acompanhados por um número significativo de recomendações.

A resposta ao terror, na Europa, exige, em primeiro lugar, mais eficácia dos serviços que devem garantir a segurança dos cidadãos, com capacidade de detectar e desmantelar as células terroristas, no pleno respeito pelos direitos fundamentais e pela justiça. Aqui, também é necessário maior cooperação entre todos os Estados da União, entre a União e os seus parceiros, dando continuidade às medidas tomadas a seguir ao 11 de Setembro e ao 11 de Março em Madrid. Exige, também, o aprofundamento da democracia, garantido a participação cívica de todos, incluindo as correntes islamistas não-violentas. Trata-se de permitir a livre expressão política, pacífica, no espaço público, de sectores da população que se sentem marginalizados e indignados com o que consideram a injustiça contra os palestinos, os tchechenos ou os iraquianos. Ponto de vista que, aliás, é partilhado pela maioria dos europeus.

Finalmente, o combate ao extremismo identitário exige uma maior capacidade para integrar melhor todos os que vivem nos Estados da União, no respeito das suas tradições culturais e religiosas. A resposta ao crime de Londres obriga-nos a reafirmar o primado do Direito sobre o arbitrário, a preservar os valores da diversidade que fazem das grandes cidades europeias, particularmente Londres e Paris, mas cada vez mais todas as outras, cidades mundo, cosmopolitas, locais de hospitalidade, em que, como

diz Derrida, o outro somos todos. A resposta não pode ser, cedendo ao terror, tornar as nossas sociedades mais fechadas e intolerantes. Bem pelo contrário, a melhor resposta que temos contra o extremismo da intolerância e as «identidades assassinas» de que fala Amin Malouf, é a sociedade aberta, plural, capaz de fazer de todos os que cá vivem cidadãos plenos. É porque a Europa fez da diversidade um dos seus traços identitários que o seu projecto tem tanto impacto. Protegê-lo é a melhor forma de prestar homenagem às vítimas do terror.

Há dez anos, Sebrenica

Os atentados de Londres tiveram lugar quase dez anos depois do massacre em Sebrenica. A 11 de Julho de 1995, cerca de 8 mil cidadãos bósnios, supostamente protegidos pelas Nações Unidas, foram assassinados perante a impotência da comunidade internacional, que, no fim da Segunda Guerra Mundial, depois dos crimes contra a humanidade cometidos pelos nazis, tinha afirmado «nunca mais». Ontem, na Bósnia ou no Kosovo, como hoje em Londres, Sharm el-Sheikh ou Casablanca, os crimes são cometidos em nome da identidade cultural ou religiosa. Na actual luta contra o terrorismo da nebulosa al-Qaida, como ontem na luta contra a limpeza étnica, os valores e a sua defesa são um factor de eficácia política, um critério fundamental para ajuizar do bem fundado das medidas tomadas. Traíram o ideal europeu, causaram dano grave à sua causa, os que, nos anos 90, esperaram, em nome do realismo, melhor dito do cinismo, que os nacionalistas sérvios, esmagando os seus adversários, resolvessem os problemas balcânicos. Tornaram-se assim, politicamente, cúmplices de crimes monstruosos como o de Sebrenica.

Aristides de Sousa Mendes: para quando a casa museu?

Se houve português que se notabilizou na defesa dos direitos humanos foi o diplomata Aristides de Sousa Mendes. Salvou, passando passaportes em Bordéus, em 1942, mais de 30 mil pessoas da morte certa nos campos nazis, muitas delas pela simples razão de professarem a religião judaica. Perseguido por Salazar, só nos anos 80 foi reabilitado pelo regime democrático, graças a uma iniciativa do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama. A sua memória tarda, no entanto, a ser tratada com a atenção devida a um herói nacional, que deve ser apontado como exemplo aos portugueses. Só a falta de reconhecimento pelo gesto humanitário do cônsul de Bordéus pode explicar que a sua casa, em Cabanas de Viriato, continue à espera das obras que a transformarão na casa museu de que o Portugal democrático se possa orgulhar e

oferecer como referência ao mundo dos símbolos em que nos gostamos de rever. A fotografia dispensa todos os comentários sobre os riscos de colapso que a casa corre.